



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CTSS	
N.º Único	680110
Entrada/Saida n.º	416
Data	25 / 6 / 2021

Exmo. Sr. Presidente
da Comissão de Trabalho e Segurança Social,
Deputado Pedro Roque

Assunto: Requerimento para Audição da Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre atropelos aos direitos dos trabalhadores de empresas contratadas pelo Estado para a prestação de serviços

A precariedade é uma realidade que continua a marcar a vida de milhares de trabalhadores no nosso país. O combate a todas as formas de precariedade, no sector público e no sector privado, tem de ser uma prioridade. No entanto, o Governo PS insiste em opções que agravam e intensificam o quadro de exploração dos trabalhadores. Um dos exemplos que se tem evidenciado cada vez mais é o que decorre do recorrente recurso à externalização de serviços na Administração Pública, intensificando situações de precariedade, baixos salários e atropelo dos direitos dos trabalhadores por parte de empresas que prestam serviços ao Estado em vários sectores de atividade, como limpeza, vigilância ou alimentação, e que não respeitam os direitos mais elementares dos seus trabalhadores – despedimentos e posteriores contratações de trabalhadores para esses mesmo postos de trabalho, salários em atraso, incumprimento de Acordos de Empresa, incumprimento da transmissão de estabelecimento, entre muitos outros comportamentos que atentam contra os direitos dos trabalhadores.

São vários os exemplos concretos que podemos dar - Eurest, AmbiJardim, Noite e Dia, ISS, Servirail, entre outras empresas, cujas situações têm chegado ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Esta situação assume especial gravidade por serem instituições e entidades do Estado a contratar estes serviços, sendo assim coniventes com os atropelos laborais praticados por essas empresas.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Também a ACT tem que ter uma ação eficaz perante estas realidades, não permitindo que elas se multipliquem nem avolumem - tem que dispor dos meios humanos e técnicos necessários, deve ter orientações adequadas para a sua ação fiscalizadora e, além dos autos, deve ter poderes de ação executiva, como há muito o PCP propõe.

Para o PCP, os serviços não deveriam ter sido externalizados e estes trabalhadores deveriam ter um vínculo laboral com as entidades e instituições da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado para as quais trabalham, mas **perante uma realidade de desrespeito dos direitos dos trabalhadores que se tem multiplicado e revelado cada vez mais, o PCP requer a audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.**

Assembleia da República, 25 de junho de 2021

Os Deputados,
Diana Ferreira
António Filipe

N/ Ref.º n.º 65752-42/GPPCP – INPA/XIV – 2.º